

■ OPINIÃO

Inferno astral x expectativa de estabilidade

Bolívar Lamounier *



Otimismo que se havia configurado no bojo da aprovação da reeleição pela Câmara dos Deputados vem sendo revertido desde janeiro por uma inusitada combinação de fatos negativos — o chamado “inferno astral” do presidente Fernando Henrique. Esse inferno turvou-se ainda mais nas últimas duas semanas, em função das denúncias de compra de votos e da divulgação de pesquisas que mostram uma queda significativa nos índices de aprovação popular ao governo. Ou seja, o que já vinha mal piorou mais um pouco, ameaçando pela enésima vez a aprovação das reformas e chegando mesmo a criar uma atmosfera de crise. Nessas condições, é importante restabelecer a visão do ciclo mais longo, ainda amplamente positivo, dentro do qual este começo de ano parece formar um subciclo negativo. Por mais graves que as dificuldades imediatas possam parecer, o governo FHC tem sobre os três governos civis que o precederam (José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco) a vantagem de uma forte expectativa de estabilidade, lastreada na trajetória política pela qual Fernando Henrique chegou ao poder e no embasamento programático de seu mandato. O “inferno astral” do presidente parece compor-se de três partes

Por mais graves que as dificuldades imediatas pareçam, FHC tem a vantagem de uma forte expectativa de estabilidade

bem distintas, embora convergentes. O primeiro é simplesmente a acomodação para baixo do otimismo excessivo e em grande parte ilusório que se havia formado em razão da reeleição. Vendo na candidatura de Fernando Henrique um reforço substancial à governabilidade e à continuidade das reformas estruturais, os segmentos políticos e econômicos que apóiam o atual governo sentiram-se compreensivelmente animados com a aprovação da emenda pela Câmara e começaram a superestimar o efeito benéfico que ela poderia trazer no curto prazo. A verdade, entretanto, é que a aprovação não foi tão simples quanto muitos imaginaram nem criou uma situação de inconstrastável hegemonia do Executivo sobre o Legislativo. Os exatos 309 votos (um além dos 308 necessários) obtidos na votação em primeiro turno da reforma administrativa falam por si mesmos. Numa avaliação realista, o efeito político da reeleição, no curto prazo, é muito mais o de evitar o inevitável debilitamento a que o governo estaria exposto ao entrar no terceiro ano de um mandato único e limitado a quatro anos. Efeito, portanto, de evitar uma possível e até provável redução em sua autoridade política efetiva, e não necessariamente de imprimir-lhe uma

inflexão marcadamente ascendente.

Outro fator a considerar é que a preocupação com o desemprego e o desconforto decorrente de taxas ainda modestas de crescimento tendem a crescer relativamente ao conforto trazido pela estabilidade monetária; e mais ainda na medida em que o governo não dispõe de instrumentos mais eficazes para operar no terreno da política social e parece não estar comunicando de maneira eficaz o que tem feito nessa área. Contra esse pano de fundo é que se configurou o “subciclo” a que me referi, cuja gravidade decorre da rápida sucessão temporal em que os acontecimentos se deram, reforçando a tendência, facilmente perceptível em nossa sociedade, a perceber como interligados fatos que apenas ocorrem ao mesmo tempo e, como “políticos” e de responsabilidade do presidente da República, fatos que frequentemente não são nem uma coisa nem outra. Da CPI dos Precatórios às violências perpetradas por policiais militares, da marcha dos sem-terra a certas manifestações de destempero entre lideranças políticas e institucionais, das dificuldades ocorridas na privatização da Companhia Vale do Rio Doce a

modesto aumento do salário mínimo, do aumento da preocupação com o déficit comercial ao desatino dos rapazes que atearam fogo às vestes de um índio que dormia em lugar público em Brasília, o fato é que o ambiente se turvou e essa deterioração acabou refletindo-se numa avaliação menos favorável do desempenho do presidente Fernando Henrique. A denúncia de que alguns deputados teriam vendido seus votos na votação da reeleição veio na esteira de tudo isso, turvando ainda mais o quadro e arranhando a imagem do governo, primeiro porque a questão em jogo nessa alegada compra de votos é a reeleição e segundo porque as fitas gravadas contêm referências, embora extremamente vagas, à possível participação de um ministro. Com os dados disponíveis até o momento em que escrevo, parece improvável que os partidos de oposição consigam cerca de 150 assinaturas entre os partidos que apóiam o governo para atingir as 257 necessárias à superação dos entraves regimentais e à consequente formação de uma CPI em regime de urgência. Tampouco me parece que o governo deva trabalhar para impedir a instauração

dessa CPI. Embora a instauração possa de fato provocar mais atrasos na tramitação de matérias importantes, como a reforma administrativa e a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, parece-me que o interesse maior do governo, neste momento, é evitar a fermentação de quaisquer suspeitas a respeito de sua lisura e credibilidade. Voltando agora ao que chamei de ciclo mais longo, entendo que o governo Fernando Henrique é beneficiário de uma forte expectativa de estabilidade — diria mesmo de uma disposição muito maior, por parte da sociedade, para afiançar-lhe a estabilidade —, o que o distingue decisivamente dos três governos civis que o precederam e lhe proporciona condições muito mais favoráveis para a definitiva superação da crise econômica em que nos debatemos há tantos anos. Essa vantagem está lastreada em diversos fatores, dois dos quais devem ser especialmente frisados: a trajetória política pela qual Fernando Henrique chegou à Presidência da República e o embasamento programático de seu mandato. Ao contrário de José Sarney e Itamar Franco, Fernando Henrique chegou à Presidência como o titular efetivo de uma votação popular majoritária e não como vice de outro presidente. Embora a substituição não signi-

Ao contrário de Sarney e Itamar, FHC chegou à Presidência como o titular efetivo de uma eleição popular majoritária

fique nenhum demérito — ao contrário, é decorrência de um mandamento constitucional —, não há dúvida de que a investidura na Presidência por essa via reduziu em alguma medida a autoridade política efetiva — ou seja, a legitimidade em sentido sociológico, e não apenas jurídico — de Sarney e de Itamar Franco. Não menos importante é o embasamento programático do atual mandato. A presidência Fernando Henrique e a aliança partidária que a sustenta no Congresso só se tornaram possíveis quando o País convergiu numa direção básica, após sucessivos fracassos na tentativa de estabilizar sua economia e na medida em que as distâncias ideológicas se reduziram, como consequência do colapso do socialismo no Leste Europeu e do esgotamento de modelos econômicos excessivamente intervencionistas em praticamente todo o mundo. Crises episódicas e oscilações de popularidade podem certamente ocorrer, mas a convergência a que me refiro deverá perdurar por algum tempo, pela simples e boa razão de que não existem, por enquanto, alternativas econômica e politicamente consistentes.

* Cientista político, diretor de pesquisa do Idesp e associado da MCM Consultores.